

A PERDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM DECORRÊNCIA DO MAIOR DESASTRE AMBIENTAL EM CURSO NO MUNDO: O CASO DA SUBSIDÊNCIA DOS BAIRROS EM MACEIO (AL)

THE LOSS OF CULTURAL HERITAGE AS A RESULT OF THE GREATEST ONGOING ENVIRONMENTAL DISASTER IN THE WORLD: THE CASE OF SUBSIDENCE OF NEIGHBORHOODS IN MACEIO



Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

adriana.capretz@fau.ufal.br

Resumo

Uma parte grande da área central do município de Maceió, capital de Alagoas, que corresponde a cinco bairros, foi afetada por um fenômeno que em geologia é chamado de “subsidência”, que consiste no afundamento abrupto da superfície da terra, com pouco ou nenhum movimento horizontal, decorrente da exploração de sal-gema, matéria prima para a fabricação de plásticos, PVC e soda cáustica. Devido ao risco iminente, a população de quatro bairros foi removida, deixando mais de 15 mil residências nos bairros Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro (este último, uma Zona Especial de Preservação Rígida), além dos comércios e serviços que os bairros abrigavam. Três dos bairros agora fantasmas são situados próximos à Laguna Mundaú e abrigam edificações que remontam os primórdios da urbanização de Maceió. Nos dois bairros que ficam na parte alta, Pinheiro e agora também parte do Farol, estão concentrados os poucos exemplares de arquitetura modernista ainda existentes em Maceió. Mas as perdas das referências culturais vão além do patrimônio construído que pode desaparecer pela subsidência ou, como já vem acontecendo, por abandono. Elas incluem o chamado “patrimônio imaterial”, com o enfraquecimento das tradições locais, dos folguedos populares como os grupos de quadrilha e coco de roda, cuja existência está relacionada exclusivamente da relação com a territorialidade e proximidade geográfica dos brincantes, já que os grupos eram formados por parentes e vizinhos, os quais foram realocados distantes uns dos outros, inviabilizando a continuação das tradições. Essa “diáspora” pode causar a condenação das tradições que sempre foram muito presentes na cultura alagoana, e também são frutos de resistências de grupos que descendem de africanos escravizados. Sobre a possibilidade de perda e ações necessárias para se evitar o desaparecimento do patrimônio material e imaterial dos bairros atingidos trataremos neste artigo.

Palavras-chave: subsidência. Maceió. patrimônio cultural. salgema.

Abstract

One large part of the central area of the municipality of Maceió, the capital of Alagoas, which corresponds to

five neighborhoods, was affected by a phenomenon that in geology is called “subsidence”, which consists of the abrupt sinking of the surface of the earth’s, with little or no horizontal movement, due to the exploitation of rock salt, raw material for the manufacture of plastics, PVC and caustic soda. Due to the imminent risk, the population of four neighborhoods has been removed, leaving more than 15,000 residences in the neighborhoods of Pinheiro, Mutange, Bom Parto and Bebedouro (this last one, a Special Area of Rigid Preservation), beyond the commerces and services that the neighborhoods housed. Three of the now phantom neighborhoods are situated close to Laguna Mundaú and house edifications that reassembled to the beginnings of Maceió’s urbanization. In the two neighborhoods which stay in the upper part, Pinheiro and now also part of the Farol, are where the concentration of the few copies of modernist architecture still exists in Maceió. But the loss of cultural references goes beyond the built heritage that can disappear through subsidence or, as it is already been happening, through abandonment. They include the so-called “intangible heritage”, with the weakening of local traditions, popular merrymaking such as quadrilha and coco de roda groups, which existence is exclusively related to the relationship with the territoriality and geographical proximity of the players, since the groups were formed by relatives and neighbors, who were relocated far from each other, making the continuation of traditions unfeasible. This “diaspora” can cause the condemnation of traditions that always were very present in the Alagoas culture, and are also they are the result of resistance from groups descended from enslaved Africans. About the possibility of loss and necessary actions to avoid the disappearance of the material and immaterial patrimony of the affected neighborhoods, we will deal with this article.

Keywords: subsidence. Maceió. cultural heritage. rock salt.

Introdução

Maceió, a capital do Estado de Alagoas, situada no nordeste do Brasil, está literalmente afundando. Uma parte grande da área central do município que corresponde a cinco bairros (um deles classificado como Zona Especial de Preservação Rígida pelo Plano Diretor de 2005), foi afetada por um fenômeno que em geologia é chamado de “subsidência”, que consiste no afundamento abrupto da superfície da terra, com pouco ou nenhum movimento horizontal.

É a maior tragédia em curso causada pela mineração no mundo, decorrente da exploração de sal-gema – um sal retirado de rochas que se forma no subsolo, a mil metros de profundidade da superfície – e serve matéria prima para a fabricação de plásticos, PVC e soda cáustica.

A empresa Braskem explora 35 minas de sal-gema na região e existe uma dimensão segura para cada uma dessas minas, assim como a distância mínima entre elas, mas as normas de segurança vem sendo descumpridas e várias dessas minas colapsaram, desabando sobre si mesmas, causando um tremor de terra de 2,5 na escala Richter que foi sentido na cidade toda e arredores no dia 3 de março de 2018.

Esse tremor causou fissuras de até um metro de largura em várias ruas e em casas de quatro bairros da capital e, em princípio, o evento foi atribuído a uma falha geológica. Entretanto, logo em seguida, foram aparecendo relatos e comprovações da existência de rachaduras em casas muito antes dessa data, até mesmo décadas. Quando geólogos locais levantaram a possibilidade de o tremor ter sido causado pela extração de sal-gema, a empresa Braskem passou o ano todo se esquivando e atribuindo o ocorrido a uma falha geológica – que de fato há – na região. Após sondagens feitas pelo Serviço Geológico Brasileiro e uma empresa especializada da Alemanha (a serviço da Braskem), a conclusão foi mais avassaladora do que se imaginava: as 35 minas de sal-gema que a petroquímica Braskem explora há 45 anos – algumas no fundo da Laguna Mundaú, entraram em colapso e o solo de cinco bairros em plena área central da capital será “engolido” para essas cavernas subterrâneas

num fenômeno chamado “dolinamento”. Os “sinkholes” (ou buracos) que se formaram no subsolo chegam ao tamanho do estádio do Maracanã.

Devido ao risco iminente, a população dos bairros localizados à beira da Laguna Mundaú teve que ser emergencialmente removida, mas logo que os estudos foram sendo feitos, ao longo de 2018 e 2019, concluiu-se que quatro bairros deveriam ser imediatamente evacuados: Mutange, Bom Parto e Bebedouro (este último, uma Zona Especial de Preservação Rígida), que são os três bairros à beira da Laguna Mundaú, com edificações que remontam os primórdios da urbanização de Maceió, quando o acesso era feito exclusivamente por barcos, além do bairro do Pinheiro.

Mais recentemente foi incluída uma parte do bairro do Farol, localizado na parte alta da cidade e, assim como o bairro Pinheiro, possui vista para a laguna e abriga casas e apartamentos de médio e alto padrão, tendo como limite o principal corredor viário no sentido leste-oeste que é a Avenida Fernandes Lima. Além desses cinco bairros, o avanço do fenômeno ameaça outras vizinhanças que está fora dos mapas e tem ainda os bairros que ficaram isolados socialmente, sem comércio e serviços públicos (concentrados nos bairros vizinhos que desapareceram), sem segurança e com a mobilidade bastante comprometida devido ao fechamento das principais vias de acesso.

Portanto, para se evitar uma tragédia, quase 15 mil unidades habitacionais entre casas e apartamentos - alguns recém-inaugurados – que abrigam cerca de 60 mil pessoas foram evacuados. O que não se fala, entretanto, é que **a tragédia não foi evitada, ela está acontecendo e afeta muito mais do que as 60 mil pessoas que deixaram suas casas**, mas a cidade toda, que já está com o trânsito bastante comprometido.

A prefeitura de Maceió trava com a empresa uma disputa bilionária para reconstruir a infraestrutura da cidade afetada pelo afundamento e o Ministério Público Federal criou um Conselho para Gestão dos Danos dos Bens Extrapatrimoniais formado por moradores e representantes da sociedade para decidirem sobre a aplicação de um recurso que será destinado à reconstrução do patrimônio intangível.

Entretanto, as negociações não tem sido de forma transparente e os moradores tem feito atos de protesto, lutando até o limite de suas forças para que sejam indenizados de maneira justa. A falta de comunicação eficaz das ações em defesa dos moradores por parte do poder público tem deixado a população indignada e esgotada, sobretudo porque tudo vem ocorrendo concomitantemente ao isolamento social causado pela pandemia do Coronavírus.

Tragédia Anunciada

Na década de 1960, foram encontradas grandes quantidades de sal-gema no subsolo de Maceió e em 1976 a empresa Salgema se instalou na cidade para explorar este mineral. A Salgema foi comprada pela Braskem em 2002, quando a petroquímica foi criada em uma sociedade entre a construtora Odebrecht e a Petrobrás.

Chama a atenção a forma como a Salgema chegou à Maceió e instalou sua indústria, com anuência das autoridades locais: à beira mar, desvalorizando imediatamente toda a região sul da orla marítima da capital. Cinco anos depois de sua chegada, com ambição de duplicar a fábrica, a antiga indústria Salgema aniquilaria o bairro histórico habitado por pescadores chamado Pontal da Barra, tradicional pela produção da renda “filé”, assim como pela pesca do sururu, molusco tradicional utilizado na culinária, ambos registrados como patrimônio imaterial de Alagoas.

Com intensa mobilização popular, UFAL e da mídia local, o bairro teve seu tombamento e a duplicação não aconteceu. Mesmo assim, a fábrica à beira mar sempre foi uma verdadeira “bomba-relógio” para a cidade e para populações inteiras dos bairros vizinhos devido à alta periculosidade e risco vazamento de cloro pelo ar. A mobilização popular da década de 1980 obrigou a Salgema a criar um cinturão verde no entorno da fábrica, a fim de proteger a população em caso de vazamento de cloro. Entretanto, nunca se deu a devida atenção aos outros bairros que estariam em risco, não pelo vazamento de cloro, mas pela possibilidade de afundamento – hipótese levantada há mais de uma década pelo engenheiro civil, geotécnico e geólogo Abel

Galindo Marques, professor aposentado da UFAL. Na época, o professor foi chamado de “louco” e seus estudos foram ignorados. Hoje, a área próxima à laguna já está dois metros abaixo do nível da laguna.

O que mais chama a atenção em todo o processo é o poder de decisão sobre a vida das pessoas e da cidade que a Braskem – uma das maiores mineradoras do mundo – sempre exerceu sobre o Estado e mais agora, diante da tragédia em curso - que a empresa divulga como “evitada”, visto que as pessoas foram retiradas do local de risco, desconsiderando que **a tragédia está acontecendo na vida de cada um que perdeu seu direito à moradia e à memória de uma hora para outra.** A exploração cessou somente em 2019, após a confirmação de sua relação com o tremor de terra.

Sabe-se que uma dezena de pessoas já se suicidaram e tantas outras adoecem a cada dia pelas mais diversas doenças causadas pelo impacto que tiveram em suas vidas e cujos números não vem sendo divulgados.

O impacto emocional causado pela perda das referências históricas e dos laços de afetividade com o lugar não é possível ser mensurado e o desrespeito não poupa nem os mortos. Os sepultamentos e visitas ao Cemitério Santo Antônio, um dos mais antigos da cidade, foram proibidos.

No final de 2021, passados três anos do início das remoções, sem ter recebido as indenizações, com os contratos de aluguel vencendo e sem condições para renovação, tem se verificado a volta de muitas famílias para suas antigas residências, as quais encontram-se em ruínas e lacradas com bloco de cimento pela empresa.

O aluguel social pago pela Braskem é de um mil reais e para muitas famílias não é suficiente para o aluguel de casas no mesmo padrão daquelas que habitavam antes (principalmente aquelas do bairro do Pinheiro, que tem um valor de mercado maior do que os demais bairros), considerando ainda a disparada no mercado imobiliário decorrente do evento. Assim, famílias inteiras têm retornado para as áreas de risco

que se assemelham a bairros fantasmas, totalmente desamparadas, sem segurança e infraestrutura urbana.

O Inventário do Patrimônio Cultural

Como a cidade é o objeto de estudo de arquitetos e urbanistas, as professoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, Adriana Capretz Manhas e Adriana Guimarães Duarte, líderes do Grupo RELU – Representações do Lugar – sabem da sua responsabilidade diante da tragédia e, desta inquietação, criaram um projeto de extensão que desde janeiro de 2021 vem se empenhando em fazer o inventário participativo do patrimônio cultural da área atingida, que corresponde atualmente a cinco bairros.

A metodologia para o inventário participativo é a mesma já aplicada pelo IPHAN, a partir da experiência adquirida pelo grupo RELU em 2014, quando participou do projeto pioneiro que fez o Inventário Participativo das Referências Culturais de Alagoas.

Além de registrar o patrimônio material e imaterial dos bairros de Maceió em situação de afundamento, a partir do olhar de seus moradores, o inventário participativo que vem sendo elaborado pelo grupo visa subsidiar políticas públicas voltadas para a região, culminando em documentos que ficarão disponíveis em um banco de dados que será criado ao final do projeto e será enviado para instituições públicas e privadas envolvidas na situação.

O projeto tem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFAL e da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) e conta hoje com a participação de mais 28 profissionais, entre professoras da UFAL e outras instituições de ensino superior de Maceió, da Prefeitura de Maceió, da Secretaria de Estado da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Associação dos Folgedos Populares de Alagoas, do Fórum de Cultura Popular e Artesanato Alagoano, do Instituto de Desenvolvimento de Alagoas. O grupo

multidisciplinar inclui profissionais de História, Arqueologia, Antropologia, Ciências Sociais e Jornalismo pois é preciso um olhar diversificado sobre esse patrimônio.

Um mapa criado pelo grupo mostra as áreas afetadas – já a partir da última atualização da CPRM – e as edificações de interesse histórico, artístico e arquitetônico demarcadas pelo próprio grupo. Destaca ainda as edificações de todos os períodos estilísticos, desde o colonial, neoclássico, eclético, art déco e moderno – presentes em toda a área.

O Bebedouro é um bairro histórico e protegido em sua totalidade, inserido no Plano Diretor de 2005 como Zona Especial de Preservação 3 - Rígida. Não apenas os casarões coloniais e ecléticos, assim como a belíssima vista para a laguna o tornam uma paisagem cultural ímpar, mas as tradicionais festas juninas e de natal que são tradicionais na Praça Coronel Lucena, bem como os diversos grupos de quadrilhas, coco de roda e outros folguedos que sempre abrigou.

8

No Bebedouro encontra-se a única edificação da região tombada em nível estadual (visto que Maceió não possui nenhum órgão municipal de tombamento), que é o Complexo Arquitetônico Nossa Senhora do Bom Conselho (Decreto Estadual n. 38.081, de 1999), constituído da escola e capela, originados a partir do outrora “Asylo das Órfãs Desvalidas da Nossa Senhora do Bom Conselho” construídos em 1877 com apoio de D. Pedro II para acolher as órfãs dos combatentes da Guerra do Paraguai.

Nos bairros do Mutange e Bom Parto há ainda algumas Unidades Especiais de Preservação (UEP) protegidas pelo Plano Diretor de 2005 como a antiga Vila Lilota (belíssimo palacete eclético, que ainda possui os murais Art Nouveau internamente), cuja área posterior já está dois metros dentro da laguna, a antiga Vila Amália (que funcionava como a sede do SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas), a sede do Instituto do Meio Ambiente e outras casas icônicas sem proteção legal nenhuma, como as famosas “casas gêmeas”, dois bangalôs neocoloniais geminados construídos para duas irmãs gêmeas como presente de casamento do seu

pai, que morava na casa da frente (que estava funcionando como o Hospital Miguel Couto, um dos primeiros a ser evacuados pela Defesa Civil).

Essas edificações serão ampliadas, na medida em que os entrevistados forem apontando suas referências de “lugar”, a partir do conceito do IPHAN, que inclui as edificações e áreas onde as pessoas estabelecem laços afetivos com a vizinhança.

Entretanto, o que as imagens não são capazes de mostrar é o enfraquecimento e risco de desaparecimento definitivo não apenas do patrimônio material, que é o construído, mas das tradições locais, os folguedos populares como os grupos de quadrilha e coco de roda, cuja existência está relacionada exclusivamente da relação com a territorialidade e proximidade geográfica dos brincantes, já que os grupos eram formados por parentes e vizinhos, os quais foram realocados distantes uns dos outros, inviabilizando a continuação das tradições.

Essa “diáspora” pode causar a condenação das tradições que sempre foram muito presentes na cultura alagoana, e também são frutos de resistências de grupos que descendem de africanos escravizados.

A Braskem vem fazendo o preenchimento das minas com areia, mas não se tem a certeza sobre a estabilização do solo, que pode levar cerca de vinte anos, segundo especialistas, com subsidência dos bairros lagunares.

Ministério Público Estadual e Federal, Prefeitura, Defensoria Pública da União e Governo do Estado estão cobrando medidas para a mitigação dos danos materiais aos moradores e à cidade. Ao final de 2020 foi firmado entre a Braskem e o Ministério Público um Acordo Socioambiental na ordem de R\$1,2 bilhão, mas que nos levantamentos, não corresponde ao prejuízo que a cidade terá nos próximos anos.

A tragédia não foi evitada, ela está acontecendo e precisa ser mais divulgada, publicizada, para que mais pessoas se envolvam e cobrem da mineradora medidas para mitigação dos danos materiais, mas também afetivos e psicológicos, que são de inúmeras ordens.

A forma como esta tragédia aconteceu e como o poder público está lidando com a empresa e com seus cidadãos, assim como a importância que vem sendo dada ao patrimônio cultural da região, é apenas uma amostra, em menor escala, de como o Brasil sempre lidou com esta constante: empresas de fora esgotam nossas riquezas naturais, enriquecerem às custas do empobrecimento dos moradores de um lugar, e saem impunes e mais poderosas ainda.

Durante a pandemia, enquanto 60 mil pessoas da capital de Alagoas têm seus projetos de vida dilacerados e todos os alagoanos arcam com os prejuízos que já vem afetando a mobilidade, o comércio e a imagem deste belo Estado que é um dos principais destinos turísticos do país, a empresa Braskem fechou suas ações em alta e muito lucrou com a produção de matéria-prima para a fabricação de seringas.

Referências

Ações do Ministério Público Federal – AL. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro>>. Acesso em: 30 jan 2022.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas.** 3ª. Ed. Maceió: Edufal, 2015. “A formação da Capital”. 184-198.

MAIA, Álvaro Maia e CABRAL, Paulo. **Análise de tensões e dimensionamento de cavernas por dissolução de halita da bacia evaporítica no estado de Alagoas no Brasil.** Houston, 1992.

Mapeamento das áreas pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM: **Ação Emergencial para o Bairro do Pinheiro em Maceió.** Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Acao-Emergencial-no-Bairro-Pinheiro-%28Maceio%2C-AL%29-5344.html>> Acesso em: 30 jan 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry.

Revista Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC São Paulo**, n. 10, São Paulo, dez. 1993, p. 7-28.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MACEIÓ: DIANÓSTICO E PROGNÓSTICO.

Maceió:COMPLAN – Coordenação Municipal de Planejamento. Vol. 1, 1981

PLEC – Projeto de Levantamento Ecológico Cultural da Região das Lagoas Mundaú e Manguaba. Maceió: SEPLAN/SUDENE/CNRC. Vol. 1. 2. ed, 1980.

PORTAL DE ARQUITETURA ALAGOANA. **Site sobre cultura de Alagoas.**

Disponível : www.arquiteturaalagoana.al.org.br Acesso em: 03 mai 2020.

SANTOS, Jorima Valoz dos. **A percepção dos aspectos topofílicos e topofóbicos do bairro Pontal da Barra – Maceió (AL) pelos seus moradores.** Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habita-do). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DE ALAGOAS. Disponível em: < <http://www.cultura.al.gov.br/>> Acesso em 01 abr 2018.

Site da Braskem Alagoas. Disponível em: < <https://www.braskem.com.br/alagoas>>. Acesso em: 30 jan 2022.

11

VASSILEVA, Magdalena et. al. A decade-long silente ground subsidence hazard culminating in a me-tropolitan disaster in Maceió, Brazil. **Scientific Reports** (2021)11:7704. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-87033-0> . Acesso em: 30 jan 2022.

VIEIRA, Maria do Carmo. **“Daqui só saio pó”... Conflitos urbanos e mobilização popular:** a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

ZHOURI, Andréa (Org.); R. Oliveira et all. **Mineração: violências e resistências:** um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed.— Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018. 711 kb ; e-PUB.

NOTAS

A publicação deste trabalho é um convite sobre uma palestra que a autora Adriana Capretz apresentou no 3º Seminário de Planejamento Urbano e Regional, Paisagem Urbana e Sustentabilidade (3º Seppas) no dia 2 de dezembro de 2021. O evento

ocorreu entre os dias 1 a 4 de dezembro de 2021. Goiânia. Goiás. Este trabalho também comporá os Anais do 3º Seppas, que será publicado em 2022.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade/Instituto/Escola. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 06/06/2022

APROVADO EM: 06/06/2022

PUBLICADO EM: 26/07/022